

Acessibilidade no lazer turístico: um estudo de caso sobre o contexto e as potencialidades socioeconômicas na cidade de Joinville, Santa Catarina.

Accessibility in leisure tourism: A case study on the context, and socioeconomic potentialities, in the city of Joinville, Santa Catarina.

PÔRTO, Jonas; Graduação em Fotografia; UNIVILLE.
jonas.porto@udesc.br

SOBRAL, João E.C.; Doutorado em Design; PUC/Rio; UNIVILLE.
sobral41@gmail.com

Resumo

O lazer turístico é um direito garantido por lei no Brasil às pessoas com deficiência (Pcd) conforme rege a Lei Brasileira de Inclusão nº13. 146/15 em seu capítulo IX. Entretanto, no que se refere à acessibilidade das Pcd nos pontos de interesse turístico, percebe-se, que de modo geral, existe uma discrepância entre o que determina a legislação e a realidade dos equipamentos de turismo. A partir desta observação, o artigo aqui proposto, traz um recorte da pesquisa que se realiza no programa de mestrado em design da Univille, que tem como objetivo ampliar a acessibilidade dos cegos no turismo por meio da concepção de fotografias multissensoriais. Assim, desde a perspectiva que orienta o projeto de mestrado do autor realiza-se um estudo de caso em dois pontos de interesse turístico da cidade no intuito de, primeiramente, propiciar um ponto de discussão sobre o contexto da acessibilidade das pessoas cegas durante a prática do turismo na cidade, bom como, pretende-se com este trabalho, promover uma reflexão sobre as potencialidades e oportunidades resultantes do incremento da acessibilidade na estrutura de turismo de Joinville.

Palavras Chave: Fotografia multissensorial, cegos e turismo, acessibilidade comunicacional.

Abstract

The practice of tourism leisure is a right guaranteed by law to people with disabilities. However, between what is prescribed by law and the reality of tourism spaces, it is generally perceived that the structure of accessibility in tourism is still precarious. From this observation, the article proposed here, brings a cut of the research in development in the master program in design of Univille, where the accessibility of the visually impaired in the photography is investigated. Thus, a case study on the accessibility of the visually impaired in

the tourist leisure points of Joinville, and on the socioeconomic potential of accessible tourism in the city, is carried out through documentary and field research.

Keywords: *Design and development; Visual impairments; Tourism and accessibility; Socioeconomic potentials.*

1. Introdução

O turismo segundo Barreto (2003), a partir do início de seu estudo científico, recebeu diferentes definições pelos estudiosos do assunto que foram feitas basicamente de duas visões distintas, a sociológica e a econômica. De acordo com Barreto (2010), uma das primeiras definições para o termo “turismo” data de 1911, e foi feita por Hermann von Schullern Schattenhofen, um economista austríaco, para quem turismo “é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, permanência, e na saída do turista de um determinado município, país ou estado” (Barreto, 2003, p. 9)

Desde então, o turismo recebeu outras definições que se originaram, ora de abordagens com viés econômico, ora de abordagens sociológicas. (BARRETO, 2003) Entre as definições encontradas durante a pesquisa, duas corroboram o entendimento que se adota no presente estudo; a primeira delas foi feita na Suíça em 1942 por Walter Hunziker e Kurt Krapf e diz que:

“turismo é o conjunto das relações e dos fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora de seu local de domicílio, sempre que ditos deslocamentos e permanência não estejam motivados por uma atividade lucrativa” (Ibidem, p. 11).

A segunda definição que corrobora com a ideia que se tem de turismo nesta investigação, foi feita em 1992 por Francisco De La Torre, e diz que:

“um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.” (De La Torre 1992, p.19 Apud Barretto 2001, p. 13)

Instituições do setor do turismo como a OMT¹ adotam definições com cunho econômico e estatístico, condicionando a prática do turismo a presença de três fatores que segundo importantes estudiosos dão forma a prática que são: O deslocamento para um local fora da residência habitual; uma viagem sem intenção lucrativa; e um tempo curto de permanência.

A Lei Brasileira de Inclusão nº13. 146/15 em seu capítulo IX, que versa sobre o direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer, assegura às pessoas com deficiência em seu Art. 42, a igualdade de oportunidades às demais pessoas, garantindo o acesso, entre outras, “[...] a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos.” (BRASIL, 2015, p.45) Portanto, a acessibilidade aos serviços e produtos de lazer e turismo é um direito assegurado por lei à pessoa com deficiência.

Neste viés, o fenômeno da prática do turismo pelas pessoas com deficiência, emerge como uma tendência contemporânea ao ponto em que, se estabelece, o “*paradigma da inclusão social*” descrito por Sasaki (2003, p.2). Deste modo, na busca de obter informações que permitam traçar-se um panorama do ambiente onde se desenrola a pesquisa de mestrado e sua relação com a prática do turismo pelas pessoas com deficiência visual, sujeito central da pesquisa, realizou-se um estudo de caso, sobre o cenário da acessibilidade pelas pessoas cegas na prática do lazer turístico na cidade de Joinville, Santa Catarina.

Pretende-se, com o resultado deste estudo, aumentar o entendimento do contexto abordado na pesquisa de mestrado do autor, e também, fomentar a reflexão, sobre a acessibilidade no lazer turístico e sobre as potencialidades socioeconômicas do turismo acessível em Joinville.

¹ A Organização Mundial do Turismo (OMT) é uma agência especializada das Nações Unidas e a principal organização internacional no campo do turismo, destinada a promovê-lo e desenvolvê-lo. Funciona como um fórum global para questões de políticas turísticas e como fonte de conhecimento prático sobre o turismo, promovendo um turismo responsável, durável e acessível a todos, prestando atenção particularmente aos interesses dos países em desenvolvimento. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2017. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Organiza%C3%A7%C3%A3o_Mundial_de_Turismo&oldid=47676156>. Acesso em: 8 jan. 2017.

Por meio da pesquisa documental, aprofundou-se o entendimento dos conceitos abordados no estudo. Passo seguinte, a fim de experimentar a acessibilidade, no que tange, a prática do lazer turístico pelos cegos em Joinville, realizou-se, a aplicação das ferramentas da jornada do usuário e do registro fotográfico em pontos de interesse turístico da cidade, pontos estes, que segundo as informações levantadas previamente dispunham de recursos assistivos direcionados ao público cego.

Para validar as percepções obtidas pelo pesquisador durante a pesquisa de campo, efetuou-se, entrevistas via aplicativo de mensagens com dois cegos joinvilenses sobre a relação destes indivíduos com o turismo na cidade de Joinville e em outras cidades visitadas por eles.

Adota-se, no presente trabalho, a abordagem do *“design para desenvolvimento”* descrito por Patrocínio e Nunes (2015), que aproxima o design e sua praxe das políticas públicas e sociais, e do *“design para um mundo complexo”*, que, de acordo com Cardoso (2012), posiciona o designer, diante da complexidade das problemáticas sociais, não mais, como o responsável em *“salvar o mundo como conclamavam as vozes proféticas de 1960 e 1970”*, (CARDOSO, 2012, p.352), mas, como partícipe dos processos de reestruturação e inovação que demanda a sociedade contemporânea e suas problemáticas.

2. Turismo acessível: Demandas e desafios.

O fenômeno do turista com deficiência advém com o fortalecimento do paradigma da inclusão e traz consigo novos hábitos a vida das PcD, como consequência deste processo, emergem novas demandas para o setor do turismo. Diante desta tendência social, acredita-se, que a falta de acessibilidade nos equipamentos de lazer turístico, configura-se, como um fator que desmotiva a prática do turismo pelas pessoas com deficiência.

Para fins de entendimento o conceito de turismo adotado neste estudo refere-se ao lazer praticado por residentes ou visitantes na estrutura turística da cidade.

De acordo com o *Guia Turismo e Sustentabilidade*, do Ministério do Turismo (MTUR, 2016) *“O turismo é, por essência, uma atividade que induz e, ao mesmo tempo, depende do desenvolvimento regional sustentável.”* Neste sentido, o turismo deve ser uma atividade que

satisfaça, tanto, as necessidades dos consumidores, quanto, as demandas socioeconômicas da região receptora.

Ainda que pese positivamente o crescente número de notícias encontradas na internet durante pesquisa a respeito da prática do turismo por pessoas com deficiência, de maneira geral estas notícias, revelam uma tendência comportamental que não se reflete na estrutura consolidada no setor de turismo. Os casos de turistas com deficiência que praticam ativamente o turismo, originam-se, portanto, de um posicionamento ativo e resiliente da pessoa com deficiência frente as barreiras impostas por uma estrutura de turística inadequada às suas capacidades.

Neste sentido, compartilha-se a priori, do entendimento de Gehl (2010) sobre o modelo urbanização voltado às pessoas que deve ser adotado pelas cidades, visto que *“acumulou-se razoável conhecimento em relação à conexão entre forma física e comportamento humano.”*, deste modo, têm-se, *“uma amplitude de informações sobre o que pode e deve ser feito”*. (GEHL, 2013, XIV)

De modo geral, a despeito do prescrito nas políticas públicas e na legislação sobre a acessibilidade, o fato que se tem, é que o setor de turismo, do mesmo modo que o restante da sociedade, ainda não está preparado para atender adequadamente as demandas específicas das PcD, neste sentido, diante da dimensão econômica do setor turístico, que em 2015 movimentou 10 bilhões de reais, nota-se que pouco é oferecido, no que se refere a serviços e destinos acessíveis às pessoa com deficiência, especialmente, para os deficientes visuais, foco deste estudo.

As notícias encontradas dão conta de uma demanda latente e, da necessidade urgente, de se ampliar as ofertas de atrativos turísticos acessíveis aos diferentes tipos de pessoas com deficiência (sensória, motora ou cognitiva.). Um dos pioneiros no turismo inclusivo no Brasil, o bacharel em turismo, e palestrante sobre o turismo adaptado, Ricardo Shimosakai, que é paraplégico, afirma que os serviços e produtos de turismo, devem adotar os preceitos do desenho universal, que preconiza que as coisas sejam desenhadas, para atender, as necessidades de todos os tipos de usuário com ou sem deficiência.

Segundo o anuário 2017 da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (BRAZTOA) o faturamento das empresas de turismo em 2016 foi de R\$ 11,33 bilhões,

entretanto, nota-se, que o sucesso nos lucros do setor não se reflete de forma direta em investimentos e melhorias na estrutura de acessibilidade para o turista com deficiência.

De acordo com a diretoria técnica da BRAZTOA, de modo geral, as dificuldades encontradas pelo turista com deficiência, começam no momento do traslado até o destino turístico e continuam na hospedagem em virtude da falta de acessibilidade comum em aviões de linha, fretamentos, vans e hotéis. Segundo a diretoria técnica da associação infraestruturas adequadas para o recebimento do turista com deficiência inexistem na maioria dos destinos turísticos brasileiros.

A diretoria técnica da associação afirma que os empresários do setor começam a conscientizar-se para a questão das pessoas com deficiência, e que para a entidade, este grupo representa uma importante fatia do mercado a ser explorada.(AME.ORG, WEB) Entretanto, a despeito da alegada importância que o turista com deficiência ocupa na política da BRAZTOA, nenhuma informação ou dado relevante foi encontrado sobre este segmento do turismo no anuário 2017 da entidade. (BRAZTOA, WEB, 2017)

De modo geral, o que se pode perceber no decorrer do estudo, é que existem duas realidades claras quando se fala de turismo acessível ou acessibilidade no turismo, a primeira é a realidade prescrita nas leis, políticas e normas, e a segunda, a realidade dos fatos. A questão da acessibilidade recebe, via de regra, uma abordagem social como a “coisa certa a ser feita”, no entanto, entende-se que, lançar um olhar desde a perspectiva da viabilidade econômica, é do mesmo modo importante para o desenvolvimento sustentável deste novo segmento que emerge.

A baixa procura de turistas com deficiência aos equipamentos acessíveis, por vezes usada como justificativa para a falta de investimentos em acessibilidade; pode justificar também o desinteresse pela prática do turismo pela PcD. Se forma então, um círculo vicioso do “Não tem, porque ninguém usa.” e “Não uso, porque não tem.” que acaba por naturalizar tanto a falta de acessibilidade nos equipamentos, quanto, a baixa participação das pessoas com deficiência no turismo.

Segundo Faria e Motta (2012) tornar os pontos turísticos acessíveis configura-se num diferencial de escolha e compra para as pessoas com deficiência que planejam viajar, seu estudo, publicado na revista científica Turismo em Análise da USP, descreve sete fatores de

restrição ao consumo do lazer turístico pelos cegos: “*Tempo, Recursos Financeiros, Questões Pessoais, Importância da Companhia, Barreiras Atitudinais, Barreiras Arquitetônicas e Atendimento.*” (FARIA & MOTTA, 2012, p.691).

Os fatores restritivos apresentados acima são entraves que o design pode, enquanto disciplina criativa, ajudar a solucionar, impulsionando deste modo os processos de inclusão e desenvolvimento social.

As informações reveladas pelo estudo, trazem à tona, uma necessidade urgente de participação do design na concepção de produtos e serviços que visem a efetivação das políticas sociais, neste caso em específico, àquelas relacionadas a acessibilidade e a inclusão social das pessoas com deficiência.

Sobre a atuação dos designers em políticas de desenvolvimento social Brigitte Borja afirma que, o “*design não é neutro nem apolítico*”, esta afirmação citada por Gabriel Patrocínio em seu artigo *Design e os países em desenvolvimento: dialética entre o design para a necessidade e o design para o desenvolvimento* reforça outra citação de Stefano Marzano, contida no mesmo artigo, que afirma que o “*Design é um ato político.*”, visto que, “*toda vez que desenhamos um produto, fazemos uma afirmação sobre a direção em que o mundo irá se mover.*” (PATROCÍNIO E NUNES et al.,2015, p.55)

Desta forma, diante da complexidade da questão apresentada pelo artigo, entende-se que, o designer, enquanto agente social, pode (e deve) aliar-se aos agentes de outros campos numa rede de luta pela causa acessibilidade e da inclusão social da PcD. Sobre a atuação contemporânea do designer, Cardoso (2012) afirma que:

“os designers precisam se libertar do legado profissional que os estimula a trabalharem isoladamente, de modo autoral, como se um bom designer fosse capaz de resolver tudo sozinho. No mundo complexo em que vivemos, as melhores soluções costumam vir do trabalho em equipe e em redes.” (CARDOSO, 2012, p.142)

Vislumbra-se deste modo, o design como “*...uma forma de colaboração social.*” (Patrocínio e Nunes *et al*, 2015, p. 25) e como um vetor para o desenvolvimento da acessibilidade no turismo.

4. Acessibilidade no lazer turístico de Joinville: Contexto e Potencialidades.

Joinville é a maior cidade do Estado de Santa Catarina e a terceira da Região Sul do Brasil com uma população de 562 mil habitantes. Reconhecida por sua pujança econômica e pelos bons índices sociais a cidade possui um elevado Índice de Desenvolvimento Humano. Localizada no norte do estado, às margens da BR 101, entre a Serra Dona Francisca e a Baía da Babitonga, Joinville dispõe de um bioma rico e diversificado e notoriamente reconhecido pelas belezas naturais.

A cidade ostenta os títulos de “Cidade dos Príncipes”, “Manchester Catarinense”, “Cidade das Bicicletas”, “Cidade das Flores” e recentemente recebeu o título de “Capital Nacional da Dança”, na cidade, funciona a única Escola do Teatro Bolshoi fora da Rússia, e, é onde acontece anualmente, O Festival de Dança de Joinville, considerado o maior festival de dança do mundo em número de participantes.

O perímetro urbano de Joinville é predominantemente plano, com poucas ruas sem grandes elevações. Com uma economia diversificada, Joinville é responsável por cerca de 20% das exportações do Estado de Santa Catarina, sendo o terceiro pólo industrial da Região Sul do país. Joinville possui um rico e variado patrimônio cultural formado por bens históricos, arqueológicos, artísticos e naturais contando atualmente com 105 imóveis tombados e outros em processo de tombamento.

O patrimônio cultural de Joinville está resguardado em sítios, monumentos públicos, e, num conjunto de museus temáticos, onde se destaca: O Museu Nacional de Imigração e Colonização; Museu Arqueológico de Sambaqui; Museu de Arte de Joinville; Museu de Fundação; Museu Nacional do Bombeiro e Museu “Casa Fitz Alt”.

A infraestrutura de recebimento de passageiros de Joinville compõe-se essencialmente do Terminal Rodoviário, o principal ponto de chegada a Joinville e pelo Aeroporto de Joinville com capacidade para receber até 600 mil passageiros por ano, que atualmente, atende principalmente o setor turístico e empresarial. (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE, WEB, 2016).

Entretanto, a despeito dos bons indicadores do município, percebeu-se no decorrer da pesquisa, que, em relação, à acessibilidade no lazer turístico, o cenário joinvilense, não difere, do panorama geral do país.

5. Imergindo no contexto: ver, ouvir, fotografar e testar.

A jornada do usuário e o registro fotográfico foram às ferramentas aplicadas durante a imersão no contexto do estudo, acredita-se, que estas ferramentas possibilitam ao pesquisador uma experimentação e observação direcionada à questão da acessibilidade, permitindo o aumento da empatia com os usuários cegos e o entendimento tácito dos obstáculos enfrentados por este grupo social durante a prática do lazer turístico em Joinville.

Os locais escolhidos para a aplicação das ferramentas foram o Museu Nacional de Imigração, que dispõe do recurso do áudio-guia e o Parque da Cidade (Setor Guanabara), um espaço público multiuso, que dispõe de mapa tátil e de piso podotátil, que ao menos na teoria, servem para orientar o turista deficiente visual em seu deslocamento espacial.

Para verificar, se as percepções obtidas pelo pesquisador durante a imersão nos espaços experimentados convergiam com as percepções dos deficientes visuais, a respeito, dos espaços testados, realizaram-se, entrevistas empáticas não estruturadas, com dois indivíduos cegos residentes na cidade via mensagens de áudio do aplicativo *whatsapp*.

Localizado no centro da cidade em frente à Rua da Palmeiras, o museu conta além do Casarão principal, com outras atrações de cunho histórico que remetem ao período de colonização da cidade. A entrada no casarão onde se localiza a recepção do museu não é acessível, um degrau impede a entrada autônoma de cadeirantes. A equipe do museu é acolhedora, o movimento no museu era intenso, com muitos turistas de fora em virtude do festival de dança, que acontecia na cidade na data da visita ao museu, o equipamento de audioguia consiste de um tocador digital de áudio tipo “MP3”. A audiodescrição inicia pela contextualização histórica do casarão e a descrição arquitetônica do imóvel, e prossegue, com a descrição dos pavimentos internos do museu e do acervo exposto.

Neste ponto, salienta-se que, a movimentação possível durante a visita ao primeiro pavimento consiste basicamente em percorrer um pequeno corredor e observá-los através das vitrines instaladas nas portas de acesso aos cômodos. O áudio-guia prossegue descrevendo os ambientes dos pavimentos superiores, que não são acessíveis a cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida, em virtude das escadas serem o único acesso aos andares superiores.

Chamou a atenção a temporalidade das informações contidas no áudio-guia, exemplo

disto, é que o terceiro pavimento, descrito normalmente pelo áudio-guia durante a visitação, encontrava-se interditado.

O que se pode perceber com a realização da jornada do usuário deficiente visual no Museu, foi que, o único canal de informação disponível para a contextualização do espaço às pessoas cegas é a audiodescrição, visto que, pelas regras do museu, não é permitido tocar nos objetos expostos a fim de se realizar o reconhecimento tátil.

Neste sentido um dos entrevistados, relata que, para compensar a falta de acessibilidade, e equalizar as oportunidades perceptivas, deveriam ser realizadas discussões acerca da criação de regras especiais de visitação para os deficientes visuais, como por exemplo, o uso de luvas cirúrgicas, que possibilitassem o toque sem comprometer a preservação do acervo.

Ainda segundo ele, em países como a Espanha e França, existem regras diferenciadas para os diferentes tipos de pessoas, que visam equalizar as oportunidades de observação e entendimento a respeito dos acervos expostos.

O Parque da cidade, segundo local pesquisado, conta com: Trilhas; Quadras de esporte; Pistas de caminhada e corrida; Academia da Melhor Idade; Centro de convivência; Parque infantil; Área de preservação ambiental; Mirante; Monumento às Forças de Paz da ONU; Palco; Pista de skate. Os recursos assistivos implantados no parque que visam proporcionar acessibilidade aos deficientes visuais durante o uso do parque, são o piso tátil e o mapa tátil de localização e orientação.

Entretanto, o que se percebeu durante a imersão no parque, convergiu com a opinião de um dos deficientes visuais entrevistados. Segundo o deficiente visual entrevistado, alguns recursos inclusivos, como é o caso do mapa tátil instalado no parque, parecem feitos para “inglês ver”, visto que, são ilegíveis aos deficientes visuais. O entrevistado ainda levantou a questão do gasto público desnecessário aplicado em recursos sem nenhuma eficácia para a acessibilidade dos deficientes visual, e reclamou da falta de envolvimento dos usuários com deficiência no processo de concepção dos artefatos a eles dirigidos.

Ambos entrevistados foram taxativos quanto ao cenário da acessibilidade em Joinville, onde para eles, muito pouco existe, e o que existe, de pouco serve ao propósito da acessibilidade devido a falhas de projeto. Em comparação com outros lugares, a opinião de ambos, é que no Brasil a grande maioria dos destinos turísticos, tal qual Joinville, ainda

tratam a questão da acessibilidade no lazer turístico como uma obrigação legal, e não como uma oportunidade econômica e social, com coisas que parecem ser feitas, para se mostrar a quem não interessam e não para prover, de fato, a acessibilidade das pessoas com deficiência.

Uma clara prova disto, encontramos no parque da cidade, onde o piso tátil que deveria orientar o caminhar da pessoa cega pelo espaço do parque, direciona o deficiente visual do mapa a lugar algum, chegando inclusive, a oferecer risco à segurança do usuário, visto que, uma das vias do piso tátil, devido a um erro de projeto ou mudança no trânsito, direciona perigosamente o usuário à uma via de intenso movimento de carros (Rua Graciosa).

6. Conclusão

Diante do revelado pela pesquisa, conclui-se que, ao menos no quesito acessibilidade na estrutura de turismo, a realidade de Joinville, se assemelha ao panorama geral de acessibilidade do Brasil. O estudo deixa claro, que quando se trata de acessibilidade, existem dois cenários bem definidos, o prescrito e o real. O estudo mostrou também, que o assunto não é tratado como deveria, por todas as esferas sociais. E que, apesar da lei garantir o acesso irrestrito e equânime a todos os indivíduos sociais, independente das suas capacidades cognitivas, perceptivas e motoras, no que tange à acessibilidade no turismo especialmente, tem-se ainda um longo caminho a percorrer. A inclusão social é um processo dinâmico que requer um envolvimento constante da sociedade. No que se refere, a acessibilidade na estrutura de turismo, acredita-se que, tornar a prática do turismo pelas pessoas com deficiência economicamente interessante é um importante passo a ser dado, para que, a partir da viabilidade e sustentabilidade econômica, desenvolvam-se estratégias em prol do crescimento e consolidação deste segmento do turismo, tal qual, ocorre em outros países. Neste ponto, diante dos bons índices sociais e do potencial turístico que dispõe a cidade de Joinville e o Estado de Santa Catarina, acredita-se, na potencialidade econômica que o turista com deficiência, pode vir, a representar para a sociedade joinvilense. Entende-se, que o sucesso econômico deste tipo de turismo – acessível - na cidade acarretaria no provimento de mais espaços de lazer e turismo acessíveis, contribuindo desta maneira, para uma cidade mais equânime, com melhores e mais oportunidades de entretenimento às pessoas com deficiência. Em virtude dos números que esta parcela da população representa, nota-se, que muito há para

se fazer, e que, as conquistas oriundas do processo de desenvolvimento da acessibilidade na estrutura de turismo, se configurariam, num diferencial de escolha para o turista com deficiência, bem como, para a imagem da cidade perante toda a sociedade. Neste sentido, a participação do design na criação de produtos e serviços com foco no usuário, se faz imprescindível, visto que, a prática do turismo é, antes de tudo, uma experiência humana, que depende, entre outros fatores, da inovação tecnológica, para acontecer de forma adequada e justa. Têm-se, deste modo, o entendimento que o designer pode assumir o papel de co-criador de interfaces eficientes entre o usuário com deficiência e os equipamentos de turismo contribuindo assim para o desenvolvimento social sustentável.

7. Referências Bibliográficas.

BARRETTO, Margarida. *Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo*. Campinas:SP – Papyrus, 2003. Disponível em https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=i1aAnj_QQPIC&oi=fnd&pg=PA9&dq=turismo+de+observa%C3%A7%C3%A3o+artigos+cientificos&ots=EHSZcOXVi&sig=ihy5D19dSeXyfkZFAQAjV8yiHs#v=onepage&q&f=false acesso em 19/09/2017.

SOUZA, Tatiana Roberta. *Lazer e Turismo: Reflexões Sobre Suas Interfaces*. Artigo. *Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL*. Caxias do Sul: UCS, 2010.

LANNA JUNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). *Historia do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil* - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p. : il.28x24 cm.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. *Joinville: Cidade em Dados*, Joinville: IPPUJ,2016, 158p. Disponível em <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Joinville-Cidade-em-Dados-2016.pdf> acessado em 28 jun 2017.

BRASIL. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. 115p. Disponível em <http://maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/03/Guia-sobre-a-LBI-digital.pdf>. Acessado em 21 jul 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Panorama Geral da Inclusão Social* (Artigo). Limeira: Câmara Municipal, 2003. Disponível em https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEw_iG65_7t7zVAhUDk5AKHdCuCVMQFggnMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ceset.unicamp.br%2F~joaquiml%2FST%2520019%2FPanorama%2520Geral%2520da%2520Inclus%25E3o%2520Social.doc&usg=AFQjCNELvtVNVyyYuo4SJvdImU0-HpcOyQ

MTUR. *Guia Turismo e Sustentabilidade*. Brasília: Ministério do Turismo, 2016. 32p.
Disponível em http://www.turismo.gov.br/images/pdf/06_06_2016_mtur_guia_turismo_sustentabilidade.pdf.
Acessado em 20/07/2017.

MTUR. *Cartilha Programa Turismo Acessível*. Brasília: Ministério do Turismo, 2014.
Disponível em <http://www.turismoaccessivel.gov.br/ta/downloads/CartilhaPrograma.pdf>.
Acessado em 19 jul 2017.

GEHL, Ian. *Cidade para Pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2013. 280 p.

AME.ORG, WEB. Setor turístico está desatento às condições de acessibilidade disponível em <http://www.ame-sp.org.br/noticias/jornal/novas/tejornal64.shtml> acesso em 23 jun. 2017.

BRAZTOA. *Anuário 2017*. WEB, 2017. 63p. Disponível em <http://braztoa.com.br/wp-content/uploads/2017/04/anuario-final.pdf>. Acessado em 25 jul 2017.

PATROCÍNIO, Gabriel; NUNES, José Mauro; [et al]. *Design & desenvolvimento: 40 anos depois*. São Paulo: Blucher, 2015. 260 p.

CARDOSO, Rafael. *Design para Um Mundo Complexo*. São Paulo: Cosac naify, 2012. p.268. E-book Kindle.

FARIA, Marina Dias de; MOTTA, Paulo César. Pessoas com Deficiência Visual: barreiras para o lazer turístico. *Revista Turismo em Análise*, Brasil, v. 23, n. 3, p. 691-717, dec. 2012. ISSN 1984-4867. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/52440>>. Acesso em: 24 July 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v23i3p691-717>.